

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1998 - NÚMERO ONZE.

Aos quinze dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e noventa e oito, nesta vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro e Sala de Reuniões da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Joaquim Luís Rosa do Céu, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça e Raul Arranzeiro Figueiredo, José João Marques Pais, Maria Alice Machacaz Palão Santos e Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho, Vereadores.

Aberta a reunião pelo senhor Presidente da Câmara, eram quinze horas, foi lida a acta da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade e assinada.

MOVIMENTO DE FUNDOS:

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número setenta, datado de catorze do mês em curso, que acusa um saldo disponível de vinte e nove milhões setecentos e oitenta e dois mil e seiscentos e cinco escudos.

ORDEM DE TRABALHOS:

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

OBRAS:

Requerimento de PLANOTEJO-COOPERATIVA RIBATEJANA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, C.R.L., com sede na Rua Conselheiro Figueiredo Leal, números quinze e dezassete, em Alpiarça, a requerer autorização para a montagem de uma cabine para gás canalizado, nos Blocos G-um e G-dois da Urbanização do Sacadura, em Alpiarça. Doe. n.º 3684, Proc. n.º O-13.

O Vereador Raul Figueiredo pediu esclarecimento sobre se estavam garantidas as condições exigidas pela Direção-Geral de Energia, relativamente à localização da cabine.

Dado o devido esclarecimento, foi deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras de vinte e quatro do mês findo e autorizar a pretensão.

Requerimento de MARIA DE LURDES CARDOSO FORTUNATO, residente na Rua Angola, número sessenta e nove, em Almeirim, concessionária do talho número quatro do Mercado Municipal de Alpiarça, a requerer autorização para efectuar obras de melhoramento no referido estabelecimento, bem como a solicitar o reembolso dessas despesas. Doe. n.º 3425, Proc. n.º O-1.

Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras de dezanove de Março findo, e informar a requerente que a Câmara autoriza as obras pretendidas, não sendo possível a comparticipação financeira solicitada.

VÁRIOS:

ZONA INDUSTRIAL DE ALPIARÇA:

Requerimento de SOTRAQUIL, LDA, com sede em Fontelas - Figueiró, Apartado cento e dezanove Paços de Ferreira, a informar, na sequência da deliberação de quatro de Fevereiro findo, sobre a actividade que irá desenvolver nos lotes de terreno da Zona Industrial, números sessenta e nove e setenta e um. Doe. n.º 3539, Proc. n.º O-53.

O Vereador Raul Figueiredo informou ter dúvida quanto a saber em que classificação é que a empresa se insere em termos industriais e ainda se esta colide com o Regulamento da Zona Industrial.

O Engenheiro Portugal esclareceu que, a classificação da empresa não colide com o regulamento da Zona Industrial.

Face ao esclarecimento, foi deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras de três do mês em curso e deferir a pretensão da requerente.

CERTIDÕES:

Requerimento de A NOVIDADE-PRODUÇÃO E COMÉRCIO AGRO- ALIMENTAR, LIMITADA, com sede em Frade de Cima, Alpiarça, a remeter para efeitos de emissão da certidão solicitada em catorze de Janeiro de mil novecentos e oitenta e oito, fotocópia do cartão de identificação de pessoa colectiva bem como da inscrição da firma na Direcção Geral do Comércio e da Concorrência. Doc. n.º 1988, Proc. n.º C-6.

Deliberado, por unanimidade, dado que foi apresentada a documentação solicitada, certificar que não há inconveniente no exercício da actividade de comércio e distribuição de produtos agro-alimentares, nomeadamente, frutos e legumes frescos.

EDIFICAÇÃO DEGRADADA SITA NA RUA COMANDANTE FONTOURA DA COSTA, NÚMEROS CENTO E SEIS E CENTO E OITO, EM ALPIARÇA:

Informação dos SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS, datado de onze de Março findo, sobre a edificação degradada em epígrafe, propriedade dos Senhores João Seabra da Cruz e Deolinda Farrôpo Seabra.

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Raul Figueiredo e Alice Santos, ordenar a demolição do imóvel no prazo de oito dias a contar da data do aviso.

O Vereador Raul Figueiredo fez a seguinte declaração de voto: " Abstive-me porque tenho dúvidas que a Câmara tenha legitimidade para dar o prazo de oito dias".

ALTERAÇÃO DE ÂMBITO LIMITADO AO P.D.M., NO QUE CONCERNE À ALTERAÇÃO PONTUAL DA CARTA DA R.E.N.:

Proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, datado de trinta e um de Março findo, sobre áreas a desafectar da Carta R.E.N.

O Vereador Raul Figueiredo tomou a palavra para tecer algumas considerações, designadamente: se este assunto foi tratado em conjunto com a alteração da carta RAN; que documentos, importantes,

como estes, deviam ser acompanhados das respectivas cartas; se o Engenheiro Portugal está a subscrever esta alteração e se o que o Senhor Presidente da Câmara propõe para o terreno da ET AR é uma troca com outro terreno.

Relativamente ao último ponto manifestou a sua intenção de continuar a defender que a construção da ET AR deveria ser feita no terreno inicialmente previsto, pertença da Câmara Municipal de Alpiarça, para expansão do lugar do Frade de Cima.

Deliberado, por maioria com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Raul Figueiredo e Alice Santos, concordar com esta proposta.

SUBSÍDIOS:

Duas propostas do Vereador JOSÉ JOÃO PAIS, datadas de treze e sete do corrente mês, para atribuição de subsídios para organização das comemorações do vinte cinco de Abril, aos seguintes organismos:

SOCIEDADE FILARMÓNICA ALPIARCENSE "PRIMEIRO DE DEZEMBRO", no valor de cinquenta mil escudos.

ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DE SANTARÉM, no valor de duzentos mil escudos.

Deliberado, por unanimidade, concordar com estas propostas e proceder ao pagamento das referidas quantias.

Relativamente a este assunto a Vereadora Alice Santos manifestou o seu desagrado, por não ter sido dado conhecimento prévio ao executivo, do programa das comemorações do vinte cinco de Abril.

O Vereador José João Pais concordou com a observação da vereadora Alice Santos e deu a conhecer o programa das comemorações.

REQUISIÇÕES:

Foram autorizadas as requisições com os seguintes números:

SERVIÇO EMISSOR OITENTA E OITO: um; seis; nove; dez; onze; doze; treze; catorze; quarenta e quatro; sessenta e três; sessenta e quatro; sessenta e cinco; oitenta e três; dois; cinquenta e quatro; cento e sessenta e cinco; cento e oitenta e nove; duzentos e vinte e um; duzentos e trinta e dois; duzentos e quarenta e oito; duzentos e cinquenta e três; duzentos e sessenta e seis; duzentos e oitenta e um; trezentos e sete; trezentos e doze; quatrocentos e quarenta e cinco; quatrocentos e quarenta e seis; quatrocentos e sessenta e um; quatrocentos e sessenta e cinco; quatrocentos e oitenta e oito; quatrocentos e noventa e sete; quinhentos e noventa; seiscentos e catorze; setecentos; setecentos e cinquenta e dois; setecentos e noventa e seis; setecentos e noventa e nove; oitocentos e setenta e seis; oitocentos e oitenta e três; novecentos e catorze; novecentos e trinta e um; novecentos e oitenta; mil trezentos e catorze; mil quinhentos e três; mil novecentos e treze; três mil oitocentos e três; quatro mil quatrocentos e cinquenta e seis; quatro mil quinhentos e três; cinco mil cento e setenta e três; oito mil cento e setenta e seis; oito mil seiscentos e sessenta e três; nove mil duzentos

e três; nove mil setecentos e dois e GAT zero quatro; no valor de três milhões cento e sessenta e um mil duzentos e sessenta e um escudos.

INFORMAÇÕES:

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA começou por convidar todo o executivo a estar presente, amanhã, dia dezasseis, na inauguração da Delegação Local do Ministério da Agricultura, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Agricultura, bem como a acompanhar a visita à Sociedade Agrícola do Vale da Lama da Atela.

De seguida deu conhecimento da realização das jornadas Distritais de Saúde no salão da Santa Casa da Misericórdia de Alpiarça, no próximo dia vinte e um, pelas quinze horas, com a presença de médicos de todo o distrito.

Informou que foi concedido pelo Serviço Nacional de Bombeiros um subsídio para aquisição de uma ambulância para os bombeiros municipais e ainda um outro subsídio extra de dois mil contos.

Informou também que foram efectuadas "demarches" relativamente ao desvio de trânsito de viaturas pesadas na Zona da Barragem dos Patudos, bem como sobre uma situação, que foi objecto de queixa por parte dos munícipes e que tem a ver com o estacionamento de veículos junto à Pastelaria Danidoce.

A Vereadora GABRIELA COUTINHO pretendeu saber porque é que os semáforos estão intermitentes há vários dias.

Relativamente ao pedido de esclarecimento da Vereadora Gabriela Coutinho, o Vereador Raul Figueiredo disse que tinha a mesma questão para colocar e que achava estranho que os semáforos tivessem sido desligados sem o conhecimento da Câmara e em particular do Vereador do Pelouro.

Continuando o Vereador RAUL FIGUEIREDO fez os seguintes comentários:

a) que estranha que não tivesse havido nenhuma troca de impressões com o Vereador do Trânsito, a propósito dos dias de funcionamento da Feira do Vinho; bem como tenha havido autorização do trânsito circular no recinto da Feira e durante esta o que não acontecia em anos anteriores.

b)relativamente à informação Municipal que foi distribuída, fez referência à marcação da sessão da Assembleia Municipal, dia vinte cinco de Abril, na Casa-Museu dos Patudos e ainda pediu esclarecimento sobre quem tem autoridade para se sobrepor à deliberação da Assembleia Municipal.

c)sobre a dívida à Caixa Geral de Depósitos, disse que estranha a razão, porque é que foi distribuído à população de Alpiarça, um comunicado apontando para uma dívida de setecentos e vinte mil contos, quando, antecipadamente, se conhecia uma proposta dessa mesma entidade, mencionando um valor que ronda os trezentos mil contos, a qual foi contraproposta pela Câmara, com um valor de duzentos e noventa mil contos.

d) relativamente a uma informação do Engenheiro Portugal sobre a localização da ETAR no terreno inicialmente previsto, disse que considera importante um esclarecimento por parte da Comissão Técnica Acompanhamento, demonstrando a sua posição quanto ao assunto.

e) Lembrou que a Câmara Municipal de Alpiarça alterou ligeiramente uma deliberação em relação à construção de um edifício junto ao Quartel dos Bombeiros, pela firma Óscar, Valdemar & Peixinho, Lda, no sentido de viabilizar a construção de um duplex no último piso; tendo na altura sido feitas negociações, entre a firma e o Vereador Raul Grasina, negociações essas que consistiam na cedência de materiais por parte da Câmara e de mão-de-obra por parte da Firma. Pediu esclarecimento sobre o ponto de situação da negociação.

f) Relativamente à fiscalização/casos pendentes, nomeadamente de munícipes que foram notificados pela Câmara a procederem a determinadas alterações em conformidade com os regulamentos e normas em vigor, não dando satisfação a essa exigência, referiu que era conveniente para a autoridade da Câmara que houvesse uma informação detalhada sobre esses casos.

g) Pediu esclarecimento sobre o que se passou com a abertura das propostas da empreitada da Estrada do Patacão EN 368.1, em que duas das firmas ficaram de fora, por motivo de as propostas terem sido entregues depois do prazo estabelecido, não obstante a Comissão de Abertura de Propostas ter reconhecido que as mesmas podiam ser entregues naquele prazo. Pediu ainda que lhe fosse facultado o parecer jurídico sobre o assunto.

h) Reportou-se à informação municipal sobre o Centro Comercial à saída para Almeirim e nomeadamente à notícia que refere uma reunião com o munícipe Carlos Pires com o objectivo de estudar o projecto de área. Referiu que a notícia dá a entender que a reunião foi com todo o executivo, o que não aconteceu. Ainda sobre a informação municipal, o Vereador Raul Figueiredo disse que o PDM não prevê a existência de um Centro Comercial nessa localização e desconhece se há algum pedido de viabilidade entrado na Câmara nesse sentido.

i) Lembrou uma situação desagradável ocorrida na segunda-feira passada, respeitante à visita da Deputada Luisa Mesquita à Reserva Zoológica, que tinha sido reservada atempadamente pelo grupo parlamentar do PCP. Esta visita ficou marcada pelo facto da Reserva Zoológica estar fechada, não haver acesso à chave como era habitual e não haver explicação para a situação. Houve um telefonema para a Câmara, que respondeu, dizendo que havia um ofício do dia oito a informar que a reserva estava fechada, ofício esse que não chegou a tempo às mãos das pessoas interessadas. Disse ainda que as visitas fazem-se mesmo que haja obras e lamenta que não tenha havido um contacto com alguém responsável, a informar sobre o que se passava.

j) Por último disse que devido ao desrespeito sistemático que tem vindo a acontecer pelo Vereador do trânsito, se obrigava a que, a partir de hoje, o deixe de ser.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o seguinte:

Relativamente ao problema dos semáforos, disse que a GNR tinha transmitido que se tratava de uma avaria técnica, tendo os mesmos deixado de trabalhar na situação normal, daí estarem a trabalhar intermitentes.

Sobre a consideração feita pelo Vereador Raul Figueiredo relativa à dívida à Caixa Geral de Depósitos, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a informação para a população tinha sido aprovada em reunião de Câmara e destinava-se a esclarecer os munícipes relativamente à forma como esta dívida surgiu desde o seu início até ao seu montante final.

Sobre a questão da ET AR referiu que a sua localização não é só um problema técnico, mas também um problema monetário e que já tinha sido solicitado o esclarecimento, por escrito, da posição da Comissão Técnica de Acompanhamento.

Quanto à alteração da deliberação referente à Firma Óscar, Valdemar & Peixinho, Lda disse que não tinha conhecimento desse processo, referindo que este era mais um compromisso verbal.

Relativamente às questões de fiscalização que estão pendentes, disse que o Engenheiro Portugal iria dar o esclarecimento respectivo

Quanto à abertura das propostas para a EN 368.1, referiu que houve um erro por parte da Câmara em considerar o dia de Carnaval como feriado nacional, dando origem a que o prazo de recepção das mesmas fosse prolongado por um dia. Referiu-se ao parecer da Consultora Jurídica que aponta duas soluções, designadamente, a abertura das duas propostas que não foram abertas inicialmente com conhecimento às entidades concorrentes, ou a anulação do concurso.

Sobre a visita à Reserva Zoológica por parte da deputada Luísa Mesquita, referiu que deixou instruções precisas de que quando as pessoas chegassem, na eminência do contacto por escrito não ter chegado a tempo, lhes ser facultada a visita. Disse que foi referido pelo funcionário da Câmara a existência de um imprevisto relacionado com um pedido de emergência do Dr. Silvestre para atender uma égua que se encontrava doente, tendo este mudado o sítio da chave..

Relativamente à consideração feita pelo Vereador Raul Figueiredo, quanto à marcação da Sessão da Assembleia Municipal na Casa-Museu dos Patudos, o Vereador José João Pais esclareceu que tinha sido ideia sua e que contactou todos os membros da Assembleia Municipal com o objectivo de fazer um acordo de cavalheiros para viabilizar esta pretensão. Esclareceu ainda que, perante a unanimidade de todos, propôs ao Senhor Olímpio, que se marcasse a reunião naquele local.

Face aos esclarecimentos feitos pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Vereador José João Pais, o Vereador Raul Figueiredo fez a seguinte observação:

Que não põe em dúvida a realização da reunião naquele local; no entanto não acha correcto saber desta situação, pelo Boletim de Informação da Câmara Municipal, ou seja, deveria de haver um contacto prévio com os restantes Vereadores para que estes pudessem também emitir a sua opinião. Referiu também, que algumas pessoas contactadas não perceberam bem esta intenção. Mencionou

duas situações distintas, designadamente, uma, a sessão solene comemorativa do vinte cinco de Abril, realizada na noite de vinte e quatro para vinte cinco, ser feita nos Paços do Concelho, e a outra a comemoração mais popular, ser feita noutra local. Informou que algumas pessoas perceberam que a sessão solene continuava a ser feita nos Paços do Concelho e as comemorações mais populares na Casa-Museu dos Patudos. Afirmou que continuava sem perceber porque é que a comemoração do vinte cinco de Abril não vai ser realizada à volta do Cravo que foi inaugurado na Praceta Salgueiro Maia, como aconteceu nos últimos anos.

Relativamente à visita da deputada Luísa Mesquita, disse que o que está em causa é um ofício, assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, dizendo que a visita não podia ser efectuada porque a Reserva Zoológica se encontrava em obras, quando o Senhor Presidente da Câmara disse que tinha muito gosto em mostrar a Reserva Zoológica e o seu estado lamentável. Disse ainda que outro aspecto que não é aceitável é o facto de não haver nenhum contacto de alguém responsável da Câmara ao mais alto nível, com a deputada.

Quanto à abertura das propostas da EN 368.1, disse que o relatório tem um lapso que tem que ser reconhecido pelas pessoas competentes e que pode provocar uma má imagem para a autarquia. Depois pediu esclarecimento sobre o ofício mandado à empresa Pavia, ou seja, quem é que o assinou.

Sobre a situação de negociação com a Firma Oscar, Valdemar & Peixinho, Lda, referiu que o ex-Vereador Raul Grasina está na disposição de passar a escrito o compromisso e o estado de negociação com a firma em questão.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o seguinte:

Sobre o Centro Comercial à saída para Almeirim, disse que, de facto, houve uma reunião com o Senhor Carlos Pires, que apresentou uma intenção de projecto, o qual está inviabilizado e só é possível equacionar com uma alteração ao Plano de Pormenor.

Quanto ao ofício a informar a empresa Pavia, o Senhor Presidente da Câmara disse que o ofício tinha sido assinado pelo Vereador José João Pais e que apesar de apenas ter conhecimento da existência desse ofício no momento da abertura das propostas, assume, por inteiro, as culpas que resultaram de uma má interpretação.

Por último o Senhor Presidente da Câmara referiu que o actual executivo não pode ter conhecimento de todos os casos verbais assumidos pelo anterior executivo e lamenta que esses casos de uma forma atempada não tenham tido uma tradução escrita.

O Vereador Raul Figueiredo esclareceu que o Engenheiro Portugal, salvo raras excepções, esteve sempre presente nas reuniões de Câmara e por isso todos os casos verbais devem ser do seu conhecimento.

Interveio a Vereadora ALICE SANTOS, para propor que se faça, de imediato, o registo do nome Feira do Vinho do Ribatejo, para que não possa ela ser chamada assim em nenhum outro sítio do País.

Referindo-se, ainda, à Feira do Vinho, a Vereadora Alice Santos disse que houve um aspecto que a deixou bastante entristecida, designadamente, a desvalorização gastronómica do nosso concelho e a pena que é a perda do impulso que já se tinha conseguido neste campo.

Outra questão que não agradou à Vereadora Alice Santos foi o facto da indiferença como foram tratadas as pessoas que trabalharam nas antigas comissões organizadoras das feiras.

Continuando no uso da palavra a Vereadora Alice Santos solicitou que lhe fosse facultada a lista de convidados para a inauguração da Feira do Vinho. Disse mostrar-se surpreendida com a quantidade de material existente na Feira, que não foi objecto de requisição.

Sobre a Reserva Zoológica, pediu esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, sobre o projecto de Falcoaria, como é que o Senhor Álvaro Brasileiro se enquadra nesse projecto e ainda se este é compatível com os cavalos ou se podia ter outra qualidade de animais na Reserva.

Sobre o monumento ao Bombeiro, pediu esclarecimento quanto à possível alteração do nome desse monumento e se está previsto a sua inauguração em mil novecentos e noventa e nove, aquando dos cinquenta anos dos Bombeiros.

Por último referiu-se ao Festival Infantil da Canção. Propôs que se faça o primeiro espectáculo na sede do Concelho e os restantes de acordo com a sugestão do Vereador José João Pais, ou seja, nos lugares de Frade de Baixo, Frade de Cima e Casalinho.

O VEREADOR RAUL FIGUEIREDO interveio mais uma vez para referir-se à Feira do Vinho e para acrescentar uma referência ao discurso do Sr. Secretário de Estado Osvaldo de Castro, que em vez de fazer um discurso relativo à inauguração da Feira do Vinho, fez um discurso de vitória ao Dr. Rosa do Céu. Assim, pediu que a Câmara manifestasse o seu desagrado quanto a essa intervenção, que não foi de abrangência mas altamente provocatória.

Sobre a primeira proposta da Vereadora Alice Santos para registo imediato da Feira do Vinho, a Vereadora Gabriela Coutinho esclareceu que a CVR tem uma palavra a dizer, e que esta sugeriu que se mude o nome para a primeira Feira do Vinho Engarrafado do Ribatejo.

Seguidamente a Vereadora GABRIELA COUTINHO referiu que os pin's foram feitos para dar aos meninos da escola e aos Vereadores. Mostrou-se admirada pelo facto de a Vereadora Alice Santos andar a dá-los sem autorização da Câmara. Em relação à desvalorização gastronómica, mencionada pela Vereadora Alice Santos, referiu que todas as tasquinhas tinham o seu prato regional.

Ainda sobre a Feira do Vinho deu conhecimento de uma situação que a desagradou e que teve a ver com a segurança que tinha ordens para fechar as portas do pavilhão à meia-noite, tendo a Vereadora Alice Santos obrigado a abri-las, alegando a sua qualidade de Vereadora.

Sobre esta afirmação da Vereadora Gabriela Coutinho, a Vereadora Alice Santos disse que tão simplesmente pediu ao segurança para abrir as portas para que o Jorge pudesse levar um bolo à sua namorada que estava a trabalhar no pavilhão.

Por último a Vereadora Gabriela fez um comentário relativamente ao Vereador Raul Figueiredo, dizendo que pela primeira vez que o questiona sobre o seu pelouro, este não saiba responder, enquanto a ela é-lhe sempre exigido resposta.

O Senhor Presidente da Câmara passou a responder a algumas questões postas pela Vereadora Alice Santos:

Sobre a listagem de convidados, esclareceu que esta existe nos serviços próprios do secretariado da feira.

Relativamente ao material para a Feira do Vinho sem requisição esclareceu que toda a aquisição de material foi precedida das respectivas requisições.

Quanto ao projecto para a Reserva Zoológica, disse que este poderá ter duas fases consistindo a primeira na reparação do que está deteriorado. Quanto ao projecto de Falcoaria, referiu que este tem que ser muito bem equacionado.

De seguida a Vereadora ALICE SANTOS usou da palavra para dizer que continuava sem perceber se, relativamente à Reserva Zoológica, esta vai abrir com ou sem animais e também como se encontrava a candidatura de reflorestação.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Reserva Zoológica vai abrir com os animais que lá se encontram; sobre a reflorestação, disse que esta vai ser realizada por manchas de acordo com o que estava previsto.

Sobre a maquete de homenagem à protecção civil, o Senhor Presidente da Câmara disse que a sua designação ainda não tinha sido equacionada e que tudo está a andar para que a peça escultórica possa ser implantada no quinquagésimo aniversário dos Bombeiros Municipais de Alpiarça, estando tudo a correr dentro da normalidade. Também se referiu à paciência do Sr. Armando Ferreira face à incapacidade de lhe satisfazer as suas exigências financeiras.

Neste momento a Vereadora Alice Santos pediu esclarecimento quanto a essas exigências financeiras.

Sobre o pedido de esclarecimento da Vereadora Alice Santos, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se tratava de um cronograma financeiro que acompanhava a realização da obra.

O Vereador Raul Figueiredo tomou a palavra para referir que em relação ao monumento, segundo informação do Dr. Armindo Pinhão, todo o material está pago, que a pedra se encontra na casa do Armando e que a escultura já está iniciada.

Sobre o Festival Infantil da Canção, o vereador JOSÉ JOÃO PAIS referiu que é sua intenção fazer a rotação por Alpiarça e pelos lugares. Disse que acha a ideia da Vereadora Alice Santos boa. Ficou de falar com todas as pessoas relacionadas com o a iniciativa de modo a discutir esta situação.

O Senhor Presidente da Câmara referiu-se ao comentário do Vereador Raul Figueiredo sobre o discurso do Senhor Secretário de Estado, aquando da inauguração da Feira. Disse que era demasiado primário o que aqui foi dito.

GRATIFICAÇÕES:

Proposta da Vereadora GABRIELA COUTINHO de quinze do mês em curso, para atribuição de gratificações aos jovens: Ana Machacaz, no valor de vinte e um mil escudos; Carlos Coutinho, no valor de trinta e três mil e seiscentos escudos; Cláudia Raposo, no valor de vinte e um mil escudos; Cláudia Rodrigues, no valor de dezasseis mil e oitocentos escudos; Inês Espírito Santo, no valor de vinte e cinco mil e duzentos escudos; Luís Caetano, no valor de dezassete mil e quatrocentos escudos; Magda Nunes, no valor de vinte e um mil escudos; Mónica Bragança B. Ferreira, no valor de quarenta e oito mil e seiscentos escudos; Mónica Ferreira, no valor de trinta e sete mil e oitocentos escudos; Nuno Lázaro, no valor de vinte e oito mil e oitocentos escudos; Paulo Santos, no valor de vinte e nove mil e quatrocentos escudos; Sónia Sanfona, no valor de vinte e quatro mil escudos; Susana Rodrigues, no valor de vinte e três mil e cem escudos, pela colaboração dada nos serviços da feira do Vinho/Noventa e oito.

Deliberado, por unanimidade, concordar com esta proposta e proceder ao pagamento das referidas quantias.

FORA DA ORDEM DE TRABALHOS:

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara informou que era necessário dar andamento a outros assuntos não constantes da ordem de trabalhos, mas considerados de certa urgência, pelo que propôs a sua apreciação nesta reunião.

Deliberado, por unanimidade, concordar com a proposta e apreciar os seguintes assuntos:

SUBSÍDIOS:

Ofício de JOSÉ RAMOS HORTA, datado de vinte sete de Março findo, a solicitar a atribuição de um subsídio de cem mil escudos destinado à Fundação Monsenhor Martinho da Costa Lopes e de cinquenta mil escudos para o seu Gabinete, Doc. n.º 4925, Proc. n.º A-8-1-4.

O Vereador Raul Figueiredo informou que era hábito a Câmara dar o seu apoio. Referiu que se devia conhecer melhor a organização e apoiá-la na medida das capacidades financeiras da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Fundação é conhecida e está a ser apoiada com verbas do Orçamento de Estado. Lembrou a situação financeira da Câmara que disse ser delicada.

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Raul Figueiredo e Alice Santos, não atribuir os apoios solicitados por dificuldades financeiras da Câmara.

Ofício da ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DO CONCELHO DE ALPIARÇA, com sede na antiga Escola Visconde Barroso, Rua José Relvas, número duzentos e cinquenta e um, em Alpiarça, a propósito de um subsídio que lhes foi concedido ou prometido pelo anterior executivo no valor de dez mil contos, solicitando o pagamento do mesmo em dez prestações mensais, a partir de Janeiro último, para a construção do Novo Centro de Dia, Doc. n.º 3368, Proc. n.º O-56-1.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que este subsídio traduzido desta forma é completamente inoportuno face à realidade actual do Município, assim sugeriu que se notifique aquela associação de que, de momento, não é possível equacionar a concessão deste subsídio na forma solicitada e logo que houver possibilidade o executivo encarará a hipótese de comparticipar na obra.

O Vereador Raul Figueiredo disse que o subsídio devia ser aprovado.

Deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra dos Vereadores Raul Figueiredo e Alice Santos, informar a Associação de Reformados do Concelho de Alpiarça, que, neste momento, não é possível satisfazer a pretensão por dificuldades financeiras da Câmara.

Os Vereadores Raul Figueiredo e Alice Santos disseram que votaram contra porque entenderam que o subsídio deve começar a ser pago. A vereadora Alice Santos disse ainda que, face à posição tomada, também se deviam cancelar outros subsídios a outras entidades.

ZONA INDUSTRIAL DE ALPIARÇA:

Ofício de TMC-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LIMITADA, com sede na Rua João Maria da Costa, número vinte e um, em Alpiarça, datado de vinte e quatro de Março findo, a expor assunto relacionado com a legalização da situação da empresa nos terrenos que ocupa na Zona Industrial. Doc. n.º 4016, Proc. n.º 0-53.

O Senhor Presidente da Câmara começou por informar que o processo já se arrasta desde Julho de mil novecentos e noventa, altura em que a Câmara prometeu vender à empresa quatro lotes com base no preço de quatrocentos escudos o metro quadrado, sendo a compra em regime de propriedade plena, ou de cento e cinquenta escudos o metro quadrado, sendo a compra em regime de direito de superfície, com as seguintes condições de pagamento: vinte por cento no acto da escritura, trinta por cento passados dezoito meses e o restante pagamento passados trinta e seis meses. Depois, informou que só na semana passada é que a situação da Zona Industrial ficou resolvida e em condições de fazer as escrituras com todas as empresas aí instaladas.

Por último, sugeriu a sensibilização do munícipe para pagar o preço que está a ser praticado neste momento de acordo com o regulamento vigente.

O Vereador Raul Figueiredo também esteve de acordo em que se converse com o munícipe no sentido de resolver a situação.

Deliberado, por unanimidade, sensibilizar o interessado no sentido de pagar o preço do terreno pelo valor que tem vindo a ser praticado.

OBRAS:

Requerimento de TR1PLANTA-VIVEIROS DO OESTE, LIMITADA, com sede em Campelos-Torres Vedras, a requerer a licença para ocupar a via pública com duas manilhas subterrâneas, numa extensão de dez metros, destinando-se uma a levar água e outra cabos eléctricos, Doc. n.º 3618, Proc. n.º L-2-1.

Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras de trinta de Março findo, ou seja, autorizar o solicitado conquanto seja reposto o pavimento e haja a devida atenção ao emissário de Almeirim para a ETAR -conduta forçada com águas residuais que se encontra implantada na berma. Foi ainda deliberado sugerir que a travessia seja executada por baixo desta conduta forçada.

Requerimento de GABRIELA PANCRÁCIO MIRA DO CÉU, residente na Rua Dr. José António Simões, número trinta e oito, em Alpiarça, a requerer o deferimento tácito do seu processo de edificação de armazém na Zona Industrial de Alpiarça, lote número noventa e um. e por já se encontrarem esgotados os prazos legais para o efeito, Doc. n.º 4007, Proc. n.ºs 0-53 e 138/96.

Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras de treze do corrente mês, ou seja, deferir a pretensão, face ao parecer favorável que, entretanto, foi enviado pelo Serviço Nacional de Bombeiros. Foi ainda deliberado informar que a edificação (principal) deverá respeitar os alinhamentos e os afastamentos legais.

Requerimento de CARLOS MANUEL GASPAS MAIA, residente na Praceta da Coopeal, Bloco dois, segundo andar, em Almeirim, a requerer a aprovação do projecto bem como a respectiva Licença de Obras para a construção de uma habitação, garagem, comércio e muro, Doc. n.º 4031, Proc. n.º 34/98.

Deliberado, por maioria, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras de catorze do mês em curso, pelo facto de a actual mancha de ocupação não estar de acordo com o alvará de loteamento e indeferir a pretensão com quatro votos a favor e uma abstenção da Vereadora Alice Santos.

Requerimento de MÁRIO JOÃO FAVAS RAMIRO, residente na Rua Manuel Paciência Gaspar, número duzentos e vinte e um, em Alpiarça, a requerer a viabilidade de ampliação da sua arrecadação, sita junto ao Largo da Feira, Doc. n.º 3492, Proc.n.º 0-1.

O Senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que não se trata de uma arrecadação mas sim de uma oficina. Depois disse que houve contactos em mil novecentos e noventa e seis no sentido de resolver a situação e que a partir daí se desconhece o seguimento do processo.

O Vereador Raul Figueiredo tomou a palavra para esclarecer que houve contactos e tentativas de negociação com o munícipe, em mil novecentos e noventa e sete, no sentido de resolver a situação. Referiu, que a Câmara deve pressionar, no bom sentido, o munícipe, ou seja, que esta situação deve ser corrigida, devendo esta apresentar prazos para a solução da negociação.

Deliberado, por unanimidade, indeferir a pretensão conforme o parecer dos Serviços Técnicos de Obras de trinta do mês findo. Foi ainda deliberado tentar negociar com o munícipe para se deslocar para a Zona Industrial e avançar com uma situação de perspectiva de legalização de acordo com a sugestão dos respectivos serviços.

Requerimento de COOPVINHAL-ADEGA COOPERATIVA DE ALPIARÇA, CRL, com sede na Rua José Relvas, sem número, em Alpiarça, a requerer a aprovação do projecto e a concessão do licenciamento para a construção de uma edificação para apoio à rota do vinho, Doc. n.º 4661, Proc. n.º 42/98.

Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras do dia quinze do mês em curso e deferir a pretensão.

LOTEAMENTOS:

Requerimento de RUI FILIPE CONDESSO SARDINHEIRO, residente na Rua Dr. Hermínio Duarte Paciência, lote dezassete, em Alpiarça e JOÃO GASPAS MERA, a requererem a alteração do Alvará de Loteamento número cinco barra noventa e sete, de modo a que o número de pisos passe de um para dois, Doc. n.º 3441, Proc. n.ºs C-6 e L-8.

Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras de trinta de Março findo e deferir a pretensão nas condições nele referidas.

Requerimento de RUI MANUEL AGOSTINHO GASPAS, a requerer a alteração do Alvará de Loteamento número dois barra oitenta e oito, em virtude de ter havido lapso nas áreas e confrontações. Doc. n.º 4009. Proc. n.º L-8.

Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer dos Serviços Técnicos de Obras de catorze do mês em curso e deferir a pretensão.

VÁRIOS:

CONTRATO DE ALUGUER DE UMA MOTONIVELADORA COM OPÇÃO DE COMPRA:

O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de um contrato estabelecido entre a empresa ESPAÇO MECÂNICO, COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM, LIMITADA, com sede na estrada da Meia Via - Casal do Vaz, no Entroncamento, e a CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA, para aluguer de uma MOTONIVELADORA, marca Caterpillar, pelo valor de trezentos e cinquenta e oito mil duzentos e quarenta e oito escudos acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, para um total de trinta e seis

meses, com a possibilidade de compra pelo valor de duzentos e vinte mil escudos acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado ao trigésimo sétimo mês.

Tomou-se conhecimento. Foi deliberado, por unanimidade, concordar com este contrato.

CANDIDATURA AO PROGRAMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS:

O Senhor Presidente da Câmara começou por referir-se ao protocolo que, em princípio, será assinado na próxima sexta-feira no Instituto do Livro e das Bibliotecas ou na segunda-feira no Palácio da Ajuda. Depois reportou-se aos itens que foram apresentados como necessários, especificando o da prova da posse do terreno que irá ser objecto de uma cedência em direito de superfície por um período mínimo de trinta anos.

O Vereador Raul Figueiredo pediu esclarecimento quanto às condições de cedência do terreno.

O Senhor Presidente da Câmara relativamente ao pedido de esclarecimento do Vereador Raul Figueiredo, disse que apresentou uma proposta à Fundação José Relvas, esperando-se uma contraproposta desta entidade.

O Vereador Raul Figueiredo chamou a atenção, face aos supostos problemas financeiros da Câmara, para se estudar a hipótese de outras alternativas em termos de localização da Biblioteca, tais como o terreno junto à Escola C+S de Alpiarça e outro que faz parte de um estudo a realizar, de modo a que a construção se faça em terrenos camarários e não em terrenos de terceiros.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que relativamente às negociações com o BIC, estas não podiam continuar, uma vez que os terrenos apresentados como contrapartida não pertenciam à Câmara. Sobre os terrenos junto à Escola C+S de Alpiarça esclareceu que estes foram apresentados como hipótese, numa reunião com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, não sendo aceite. Por último, referiu a hipótese de instalação da Biblioteca no terreno do Olival do Sr. Coutinho, o qual teve parecer negativo da CCRLVT. Por fim disse que há a necessidade de garantir a assinatura do referido protocolo e garantir também o contrato, para que Alpiarça tenha uma Biblioteca Municipal.

Mais uma vez o Vereador Raul Figueiredo pediu a palavra, para referir que não entendia a posição do Instituto do Livro e das Bibliotecas face ao terreno junto à Escola C+S de Alpiarça, uma vez que, em situações idênticas noutros concelhos, deu parecer positivo.

A Vereadora Alice Santos disse que a Câmara iria partir de uma posição desfavorável para a negociação, uma vez que já havia prova da posse do terreno para o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que esta situação não é desfavorável, visto que é através da avaliação do terreno que se irá negociar as contrapartidas, as quais podem não ter tradução pecuniária.

Por último o Vereador Raul Figueiredo referiu que, em princípio, não se perdia a candidatura em questão, se o protocolo fosse assinado daqui a um mês ou dois, prazo que considera suficiente para negociar com a Fundação José Relvas.

O Senhor Presidente da Câmara, face à declaração do Vereador Raul Figueiredo, esclareceu que a primeira preocupação é garantir que Alpiarça não fique fora da rede de Bibliotecas Públicas e que relativamente à assinatura dos protocolos é o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, de acordo com as indicações do Ministério da Cultura, que fixa os prazos.

Deliberado, por maioria, concordar com o protocolo anexo, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Raul Figueiredo e Alice Santos.

O Vereador Raul Figueiredo fez a seguinte declaração de voto:" abstenho-me porque acho que a Autarquia deve insistir com um terreno camarário para localizar a biblioteca."

INTERVENÇÃO DE MUNÍCIPES:

Pediu a palavra o munícipe ENGENHEIRO SASSETTI, para fazer um esclarecimento e um comentário:

Relativamente ao esclarecimento, referiu que foi abusivo da parte da Vereadora Alice Santos ter falado em seu nome. Disse que nunca ficou melindrado nem indignado perante a situação verificada, porque as comissões das Feiras extinguem-se com o fim destas.

Em relação ao comentário, disse que não gostou do modo como decorreu a reunião e que a partir de agora iria fazer o possível para estar sempre presente nas reuniões de Câmara.

Não havendo mais nada a tratar foi a reunião encerrada pelo senhor Presidente a Câmara, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata. E eu, Manuela Maria Ferreira Neves, Chefe de Repartição Administrativa e Financeira da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.